



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?



PEC 32 e RRF nos estados atacam serviços públicos

Pág. 06

Docentes das Federais e das Estaduais
intensificam mobilização
Pág. 4 e 5

Produtivismo e precarização são fatores de
adocimento da categoria docente
Pág. 12

Neste mês de setembro vimos importantes greves, paralisações e lutas realizadas com o protagonismo da base do ANDES-SN. Nas universidades estaduais, tivemos a mobilização de docentes de estados como Maranhão, Minas Gerais e Paraná. Em nível federal, entidades de servidoras e servidores federais continuam lutando pela mobilização nacional em defesa da pauta da Campanha Salarial 2024 construída em unidade pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). Neste caso, já se passaram quatro meses em que houve tentativas de diálogo e apresentação de propostas.

Algumas universidades estaduais já garantiram conquistas: no Maranhão, foi aprovada a equiparação salarial entre docentes efetivos e substitutos na Uema, e no Paraná foi arrancada a promessa de uma contraproposta para atender as reivindicações apresentadas. Já no nível federal, até o momento, não houve avanços. Mesmo as medidas impostas pelos governos de Temer e Bolsonaro ainda estão mantidas e não há qualquer sinalização de que o atual governo atenderá a pauta do “revogaço” levantada pelo Fonasefe. Neste cenário, a construção de uma verdadeira Paralisação Nacional no dia 03 de outubro é parte decisiva

das lutas para obter conquistas. As greves das universidades estaduais de hoje estão mostrando o caminho: **sem mobilização não teremos vitórias!**

O cenário nacional de lutas por salários, carreira e recomposição do orçamento público não é casual. É resultado dos enfrentamentos às tentativas de contrarreforma do Estado, que estão em curso desde a intensificação da ofensiva neoliberal nos anos 1990. Compreender as raízes sociais e históricas do neoliberalismo no Brasil é parte importante da organização de nossas lutas em defesa de direitos da classe trabalhadora. Por isso, neste Informandes, discutimos os 50 anos do golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, criando um terreno propício para a efetivação de um dos primeiros experimentos neoliberais da história.

Também abordamos nesta edição como a atual Proposta de Contrarreforma Administrativa (PEC-32) e os Regimes de Recuperação Fiscal estaduais estão enraizados em um mesmo projeto de sociedade regido pelo Capital. Desde a elaboração do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado” apresentado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, ministro do primeiro mandato de Fernando

Henrique Cardoso, governos federais têm efetivado políticas de desmonte, precarização e privatização de bens e serviços públicos.

A retirada de direitos de trabalhadoras e trabalhadores, a precarização dos serviços públicos e a adoção de princípios mercantilistas, orientados pela meritocracia e pelo produtivismo, têm resultado no adoecimento, físico e mental, de professoras e professores em todo o país. Além disso, as políticas de cortes nos orçamentos de universidades, institutos federais e Cefet têm resultado no desmonte de políticas de acesso e permanência dos setores mais explorados e oprimidos de nossa sociedade, a saber pessoas LGBTQIAP+, negras e negros, indígenas e quilombolas. Esta situação é uma dura lembrança de que a luta por direitos e contra a precarização do trabalho é uma luta por nossas vidas. Por isso, discutimos os desafios levantados pela campanha do Setembro Amarelo, construída tendo como referência o dia 10 de setembro como Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

Em defesa dos serviços públicos e de nossas vidas!

Todo apoio às greves e paralisações das universidades estaduais!

Todes, todas e todos nas ruas construindo a paralisação nacional de 03 de outubro!

28 de setembro

Dia Latino-Americano e Caribenho pela
**Descriminalização e
Legalização do Aborto**



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

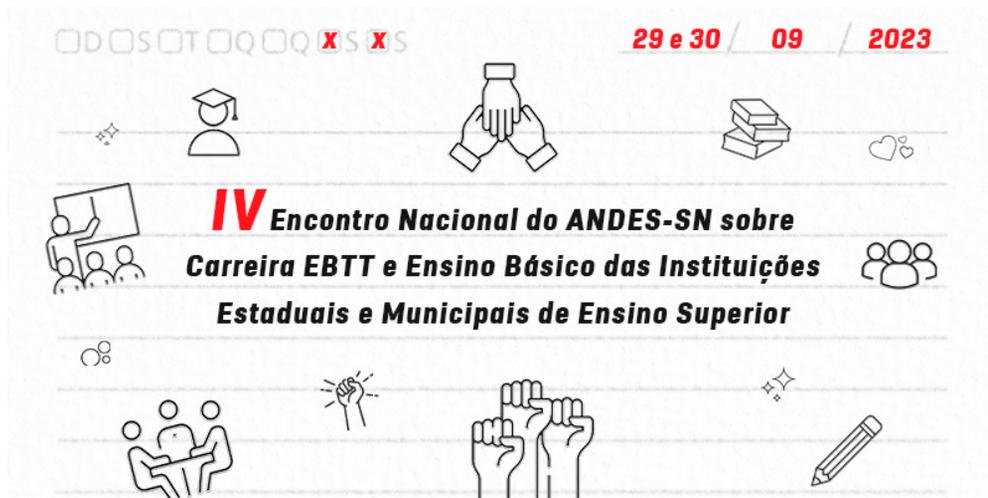
Editor-Chefe: Luciano Beregenio MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

ANDES-SN realiza Encontro sobre Carreira EBTT e Ensino Básico das Iees/Imes e reuniões de GTs



Nos dias 29 e 30 de setembro ocorrerá o IV Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Carreira Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Ensino Básico das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (Iees/Imes). O evento, uma deliberação do 66º Conad, ocorrerá desta vez na sede do Sindicato, em Brasília (DF).

A abertura do encontro se dará na sexta-feira (29), às 14h, seguida do painel “A luta conjunta da Educação Básica, Técnica e Tecnológica e do Magistério Superior”. No mesmo dia, ocorrerá um momento de troca de experiências entre as e os presentes sobre os enfrentamentos locais e possibilidades de organização e luta da categoria.

No sábado (30), as e os docentes debaterão temas como carreira única de docente federal, carreira das Estaduais, os desafios e especificidades EBTT no ensino, pesquisa e extensão, e o Novo Ensino Médio (NEM). Haverá, ainda, a exibição do documentário “NEM: Um Fracasso Anunciado”, do diretor Carlos Pronzato.

“O IV Encontro Carreira EBTT e Ensino Básico das Iees/Imes terá como mote os debates em torno, principalmente, da carreira docente. Em especial, vamos tratar sobre temas que afetam essa estrutura da carreira, tais como as progressões e as promoções. Teremos uma mesa sobre a carreira única de professor federal, que envolve diretamente as e os docentes EBTT”, contou Jennifer Webb Santos, 1ª tesoureira do ANDES-SN e da organização do encontro.

A diretora do Sindicato Nacional afirma,

ainda, que a carreira única de professor federal é uma pauta consolidada no ANDES-SN. “Desde 2011, temos uma proposta de projeto de lei aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN, em Uberlândia, e que foi debatida, em larga escala, na grande greve que fizemos em 2012. Essa proposta de carreira única também é a proposta que o Sinasefe defende e entendemos como muito oportuno, neste momento, discutir essa carreira, inclusive a partir do debate nas nossas seções sindicais”, explica Jennifer Webb, que também é docente EBTT. “Eu atuo na Educação Básica e tenho como princípio da minha atuação o ensino, a pesquisa e a extensão e esse também é um ponto nodal da defesa da nossa carreira”, completou.

Para além da carreira, outros temas serão abordados no encontro como a revogação do Novo Ensino Médio, que aprofunda a desigualdade estrutural na Educação e dificulta o acesso de estudantes das escolas públicas às universidades públicas, e as regulações do Ministério da Educação relacionadas ao processo de organização da categoria docente, como a Portaria 983/20, que traz ataques às professoras e aos professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica ao estabelecer um aumento da carga horária mínima a ser cumprida pelas e pelos docentes e, ainda, institui obrigatoriamente o controle de frequência por meio do ponto eletrônico.

“O encontro é para toda a categoria, porque a pauta EBTT e da Educação Básica é a pauta do ANDES-SN e da defesa da educação pública”, reforçou a docente.

Grupos de Trabalho movimentam o segundo semestre

Durante o mês de setembro, o ANDES-SN, por meio dos seus Grupos de Trabalho (GTs), realizou várias reuniões para discutir as deliberações do 66º Conad e dar sequência aos encaminhamentos apontados para a organização das ações do Sindicato Nacional nas mais diversas frentes.

O Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA) do ANDES-SN se reuniu em Brasília, nos dias 16 e 17 de setembro, para debater e construir políticas relacionadas à comunicação, cultura e arte. Mídia Digital, comunicação e cultura popular para a resistência foram temas abordados durante a reunião, assim como a preparação do VII Encontro de Comunicação e Arte e do II Festival de Arte e Cultura, o levantamento sobre a organização da comunicação nas seções sindicais e o início do debate para a atualização do Plano de Comunicação e Arte do ANDES-SN.

Ainda em setembro, nos dias 22 e 23, também na capital federal, aconteceu a reunião do GT de Trabalho de Política de Classe para Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS). O encontro foi marcado pelo painel sobre justiça reprodutiva e defesa da legalização do aborto no Brasil, o debate da organização do III Seminário Integrado do GTPCEGDS, a atualização da Cartilha de Combate ao Racismo, entre outros assuntos.

Acontecem, nos próximos meses, as reuniões dos grupos de trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCEt), 7 e 8 de outubro; de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTS-SA) e de Política Educacional (GTPE), ambos em 28 e 29 de outubro; Carreira (GTC), em 4 e 5 de novembro; História do Movimento Docente (GTHMD) em conjunto com a Comissão da Verdade do ANDES-SN 10 e 11 de novembro; e Verbas (GTVerbas), 11 e 12 de novembro.

Docentes das Federais intensificam mobilização com nova jornada de lutas

Nas Estaduais, docentes também seguem mobilizados



Para fortalecer as ações da Campanha Salarial 2024, a diretoria do ANDES-SN convocou uma reunião das seções sindicais do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) para 01 de outubro, na sede do Sindicato em Brasília (DF). O encontro antecederá uma nova jornada de lutas, programada para ocorrer de 2 a 7 de outubro, com atividades nos estados e na capital federal.

Em nota encaminhada a toda a categoria (Circ. 324/23), a coordenação do Setor das Ifes, juntamente com a diretoria do ANDES-SN, avalia a Campanha Salarial de 2024 e do funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), até o momento.

O documento aponta que, devido às contradições e limitações do processo, é preciso fortalecer a Campanha Salarial 2024, intensificando a mobilização, explicitando para todas, todes e todos docentes que, se não existir acordo de recomposição salarial neste ano de 2023 e/ou disponibilidade orçamentária no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA/2024), não haverá reajuste no próximo ano.

“O governo tenta enfrentar suas contradições com o atendimento da pauta central da burguesia de confisco do fundo público, enquanto os ganhos para a classe trabalhadora se revelam aquém do necessário. Isto aponta para nossa classe que o caminho da mobilização é a saída

para enfrentar os dilemas da conjuntura”, critica a nota.

No dia 04 de setembro, o ANDES-SN participou da mesa específica temporária para discussão das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. O Sindicato Nacional apresentou o projeto de carreira aprovado pela categoria em seu 30º Congresso, além de um ofício produzido em conjunto com o Sinasefe exigindo a revogação da Instrução Normativa 66 de 2022, criada por Bolsonaro para criar obstáculos nos processos de progressão e promoção na carreira. O governo federal informou que não priorizará reivindicações com impacto orçamentário.

Calendário das Ifes

Na Plenária Unificada do Fórum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais (Fonasefe), realizada no dia 16 de setembro, a agenda de lutas indicada pelo ANDES-SN foi ampliada para contemplar a nova jornada de lutas. Docentes e demais servidores e servidoras federais realizarão uma série de atividades, entre 02 e 07 de outubro, tanto em Brasília quanto nos estados.

A jornada terá início com um debate pela internet, com transmissão a partir da sede do ANDES-SN, sobre o impacto do Arcabouço Fiscal nas políticas sociais e na valorização dos serviços e servidores públicos. Na terça (3), ocorrerá o Dia Nacional

de Luta pela Soberania Nacional e Defesa dos Serviços Públicos, com ato em Brasília (DF) e paralisações nas universidades, institutos federais e cefets.

Estão previstas ainda outras atividades na capital federal ao longo da semana e no sábado (7), ocorrerá uma plenária presencial dos servidores públicos federais, na qual será debatida a possibilidade de greve do funcionalismo federal.

A diretoria do Sindicato Nacional reafirma que a defesa dos direitos da classe trabalhadora só é possível com a garantia de um serviço público forte, com plena qualidade e gratuito. “É nesse sentido que a mobilização das e dos servidores (as) é passo fundamental nessa conjuntura. Não há educação, universidades, institutos federais, escolas de aplicação e CEFETs sem servidores! É fundamental o envolvimento de toda a diretoria do ANDES-SN, de suas seções sindicais e sua base nesta luta em torno da campanha salarial de 2024 dos servidores(as) federais, em defesa dos direitos sociais e dos serviços públicos e contra PEC 32. Essa luta é de todos(as)! Esta luta é do ANDES-SN!”, conclama a nota.

Docentes das Estaduais também seguem em luta

Professores e professoras de universidades estaduais também seguem em luta por seus direitos, como é o caso do



Maranhão. Há mais de um mês em greve, docentes das universidades estaduais do Maranhão (Uema) e da Região Tocantina do Maranhão (Uemasul) seguem nas ruas para cobrar do governador Carlos Brandão (PSB) a abertura de negociações. A categoria está em greve desde o dia 24 de agosto por reajuste salarial, recomposição orçamentária das instituições, isonomia salarial entre efetivos e substitutos, retomada das obras paralisadas, entre outras demandas.

No dia 19 de setembro, foi realizado um grande ato na capital São Luís, com a presença de professores, professoras e estudantes das duas universidades, além de representantes da diretoria nacional do ANDES-SN e de movimentos sindicais e sociais, que apoiam a luta em defesa da educação no Maranhão.

“Nossa presença no ato foi pra reforçar o nosso apoio político à greve dos docentes e das docentes e cobrar do governador Carlos Brandão que receba o sindicato, o comando de greve para abrir o processo de negociação”, comentou Raquel Dias, presidenta em exercício do Sindicato Nacional. “Quando uma seção sindical do ANDES-SN entra em greve, o ANDES-SN inteiro está em greve”, acrescentou.

Desde abril, a categoria tenta diálogo com o governo do estado. Após quatro meses sem resposta, as e os docentes deliberaram por deflagrar greve. “O governo demonstra uma posição de autoritarismo, de falta de respeito e de diálogo com a categoria”, criticou Bruno Rogens, presidente do Sindicato de Docentes das Universidades Estaduais do Maranhão, Seção Sindical do ANDES-SN (Sinduema SSind.).

Depois muita pressão, a categoria garantiu a primeira vitória da greve, com a aprovação no Conselho Administrativo da equiparação salarial entre docentes efetivos e substitutos na Uema.

Paraná

No Paraná, a categoria segue mobilizada para pressionar o governo do estado a cumprir o acordo que levou à suspensão da greve em junho. No dia 14 de setembro, o Comando Estadual de Greve, que representa docentes das sete universidades estaduais do Paraná, se reuniu com o secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Aldo Bona, para cobrar, mais uma vez, o detalhamento da contraproposta do governo e o cronograma em relação à implantação do Plano Carreira Docente.

De acordo com o representante da Seti, um acordo está em construção, entre a Seti e a Casa Civil, mas nenhuma contraproposta foi formalizada. “Ainda que, finalmente, tenham sido apresentados os termos da contraproposta do governo, algo que era cobrado pelo Comando Estadual de Greve há três meses, esta apresentação deu-se em termos ainda genéricos, sem garantia de prazo de tramitação, nem oficialização e apresentação da minuta, condições básicas necessárias para que o Comando possa fazer uma avaliação e que as seções sindicais possam convocar assembleias e levar à categoria a apreciação da contraproposta”, criticou Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN e docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).



Para debater a Lei Geral das Universidades, o histórico das lutas e perspectivas de enfrentamento jurídico e político à lei, o Comando Sindical Docente irá realizar um debate pela internet, no dia 10 de outubro. Desde que foi apresentada a primeira versão da LGU, as seções sindicais nas estaduais do Paraná compreenderam que se tratava de um ataque à Autonomia Universitária e uma forma de precarização do trabalho e degradação das condições de funcionamento das universidades.

Bahia

Na Bahia, durante o mês de setembro, o Fórum das ADs – composto pelas seções sindicais das quatro universidades estaduais baianas – retornou à Assembleia Legislativa rerepresentar a cobrança da destinação de 7% da Receita Líquida de Impostos (RLI) para as Ueba. Há pelo menos uma década, o movimento docente luta pelo percentual, com revisão a cada dois anos e de forma que o orçamento do ano nunca seja inferior ao do período anterior.

Na avaliação das Associações Docentes, é preciso que o recurso destinado às instituições seja compatível com a importância das universidades estaduais Uneb, Uefs, Uesc e Uesb para o desenvolvimento do estado, bem como seu papel na produção e democratização do conhecimento no interior da Bahia.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, docentes das universidades estaduais de MG (Uemg) e de Montes Claros (Unimonte) seguem em luta por vários direitos como reajuste salarial e o pagamento das Dedicções Exclusivas. Em 26 de setembro, a categoria da Uemg, organizada com demais servidores e servidoras do estado, realizaram uma paralisação e ato público contra a privatização de estatais (como a Copasa e Cemig) e contra o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Serviço público sob ataques: projetos retiram direitos e promovem reforma nos estados e União



A cabar com o direito à estabilidade das novas servidoras e dos novos servidores, reduzir pisos salariais, extinguir carreiras e eliminar postos de trabalho são alguns dos efeitos que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, chamada de reforma Administrativa, imputará às carreiras do funcionalismo federal, caso seja aprovada, em nome de um suposto “equilíbrio fiscal”.

Não é apenas na esfera federal que a “saúde das contas públicas” é usada como justificativa para a retirada de direitos e a precarização dos serviços públicos. Em diversos estados, servidoras e servidores públicos também experimentam desmontes semelhantes. Desde 2017, sob o pretexto de reequilibrar as finanças com a União, estados têm feito a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - Lei Complementar 159/17, e adotado como contrapartida medidas de ajuste fiscal que incluem a redução de salários e benefícios, demissões, suspensão de concursos públicos e a impossibilidade de novas contratações.

O discurso de enfrentamento à crise

econômica é usado, com frequência, por governos para instituir políticas fiscais que acabam por prejudicar a população mais pobre, explicou Ivanete Boschetti, docente titular aposentada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Essa atuação do Estado é realizada com o discurso de enfrentar a crise, mas na verdade observamos que o impacto é muito mais destrutivo para as classes trabalhadoras, com os aumentos da desigualdade social, do desemprego, dos trabalhos precarizados e a redução de direitos, como aposentadorias e pensões”, disse.

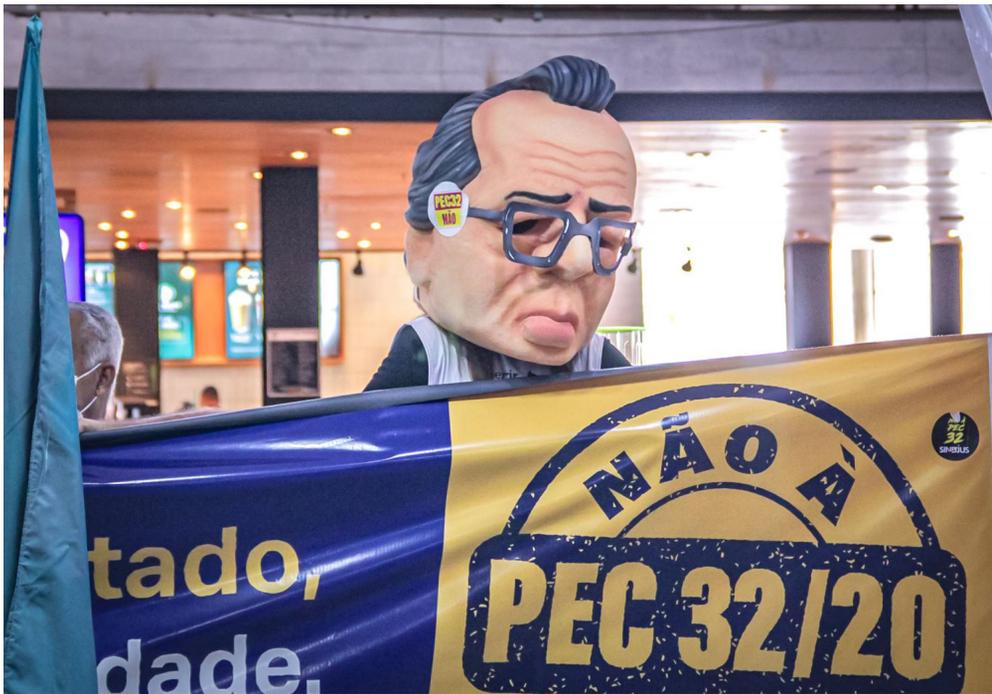
Para a docente, a crise econômica no país é estrutural e atinge as esferas econômica, social, política e ambiental. “Há uma ofensiva conservadora às conquistas que a classe trabalhadora conseguiu alcançar ao longo das últimas décadas, e que agora vem ganhando contornos absolutamente perversos. Porque, desde a década de 1990 até os dias atuais, a crise se acirrou e as respostas têm sido sempre na redução dos direitos, que no Brasil

foram ampliados com a Constituição de 1988, e que agora vêm sofrendo retrocessos fundamentais no sentido de possibilidades de ampliação dos direitos pela classe trabalhadora”, acrescentou Ivanete Boschetti.

Contrarreforma do Estado

“Reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado”. A citação é de Luiz Carlos Bresser-Pereira, na época ministro da Administração e da Reforma do Estado do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998).

Orientado por esse lema, os governos (1995-2002) de Fernando Henrique Cardoso (FHC) prosseguiram com a contrarreforma do Estado iniciada pelo seu antecessor, Fernando Collor de Mello (1990-1992). Houve um processo de privatizações de estatais, com o Programa Nacional de Desestatização (PND). Em sua justificativa, FHC defendia que a crise enfrentada pelo país à época tinha sua origem no tamanho do aparato estatal, o qual, segundo o governo, era extremamente ampliado,



oneroso e pouco efetivo. A partir desse argumento, uma série de medidas neoliberais foram implantadas no Brasil como a abertura da economia, as reformas da Previdência e da legislação trabalhista e privatização de empresas públicas.

As contrarreformas propostas previam diminuir a atuação do Estado, inclusive nas políticas sociais, garantindo e ampliando o espaço para a reprodução do Capital. Para isso, foram privatizadas as instituições públicas produtivas, como empresas e bancos estatais, e a participação do Estado nas políticas sociais foi reduzida e

substituída pela criação de parcerias público-privadas ou financiamento de Organizações Sociais (OS). Além disso, FHC buscou enxugar o quadro de servidoras e servidores públicos, uma vez que a folha de pagamento seria responsável, dentre outros fatores, pela escassez de recursos e ineficiência operacional do poder público.

Nas décadas seguintes, governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2011-2016) deram sequência à política de retirada de direitos da classe trabalhadora e de contrarreforma do Estado ao seguirem a cartilha do superávit primário,

da Lei de Responsabilidade Fiscal, da desvinculação e contingenciamento de recursos das políticas públicas e sociais, da lógica das parcerias público-privadas, entre outros ataques que favoreciam banqueiros e patrões.

“O avanço de forças de extrema direita e que se materializam em políticas neoliberais desde a década de 1990 no Brasil, e em outros países desde a década de 1970 - no contexto de crise do Capital - vem fazendo com que o Estado seja cada vez mais resistente à luta da classe trabalhadora pela ampliação dos direitos e aja de um modo muito mais agressivo na realização de ajustes econômicos e de contrarreformas que reduzem e destroem direitos, que provocam a expropriação de direitos sociais, a exemplo dos direitos do trabalho com a contrarreforma Trabalhista; dos direitos da Previdência com a contrarreforma da Previdência, e sempre com o intuito de transferir recursos do Fundo Público, que deveriam ser alocados nas políticas sociais, para o Capital na tentativa de responder a essa crise”, ressaltou Boschetti.

A docente reforçou, ainda, que a retirada de direitos da classe trabalhadora é um movimento mundial de ofensiva conservadora das forças de direita, e que se agravou nos últimos anos, e no Brasil, especialmente, depois do golpe de 2016. Sob o governo de Michel Temer (2016-





Comitê Fora Zema/Leo Costss

2018), a reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização foram grandes ataques aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, assim como a aprovação do famigerado Teto de Gastos (EC 95), da reforma do Ensino Médio, entre outras medidas da cartilha neoliberal. No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), os ataques prosseguiram com a reforma da Previdência, cortes orçamentários significativos em áreas como Educação e Saúde, avanço na ampliação das privatizações - como é o caso da Eletrobras, por exemplo.

Márcia Semer, Procuradora do Estado de São Paulo aposentada, também apontou que os ataques às servidoras e aos servidores públicos não são recentes e vão na contramão ao que defende a Constituição Federal. "Fragilizar os direitos desses servidores é o mesmo que enfraquecer a capacidade do Estado de bem atender a população. As consequências, a médio e longo prazos, são a piora, e não a melhora, na qualidade e na quantidade de serviços públicos postos à disposição dos cidadãos. É uma equação fácil de entender, porque na medida em que o serviço público se torna um destino profissional pouco atrativo, menos gente e gente menos qualificada vai querer trabalhar no serviço público. Se sonhamos com mais médicos no SUS ou um ensino mais paritário entre

escolas públicas e privadas, teremos exatamente o contrário", explicou.

Contrarreforma Administrativa e Desmonte do Estado

No leque de medidas mais recentes para dar continuidade ao projeto neoliberal de desmonte do Estado, está a proposta de Reforma Administrativa, herança do governo Bolsonaro (PL) que tramita desde 2020 no Congresso Nacional. A PEC 32 já foi objeto de enfrentamento por parte do conjunto do funcionalismo público, que em 2021 protestou durante 14 semanas consecutivas no aeroporto de Brasília, nos atos e fazendo pressão local sobre parlamentares. A campanha contra a PEC foi parcialmente vitoriosa, ao assegurar sua retirada de pauta. No

entanto, neste ano, o presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira (PP/AL), mostrou que pretende retomar a votação da Proposta e, por isso, as entidades de servidoras e servidores organizadas no Fonasefe retomaram a luta pelo arquivamento definitivo da PEC 32.

A redução de cargos de servidoras e servidores efetivos, conforme prevê a reforma Administrativa, pode gerar uma diminuição no número de servidoras e servidores e, conseqüentemente, sobrecarregar aqueles que permanecerem. Há, ainda, a proposta de ampliar a terceirização, prejudicando ainda o acesso de milhões de brasileiras e brasileiros aos serviços públicos.

A Procuradora do Estado de São

PEC 32

A proposta da PEC 32 prevê alterações nas regras para contratação, remuneração e carreira das servidoras e dos servidores públicos. Dentre as principais mudanças propostas estão:

- Instituição de diferentes vínculos de trabalho, como estatutários e celetistas;
- Extinção da estabilidade para a maioria das servidoras e dos servidores;
- Criação de um novo regime de contratação com vínculo mais precarizado, chamado de "vínculo de experiência";
- Possibilidade de redução de salário e jornada de trabalho em situações de crise fiscal;
- Ampliação da possibilidade de contratação de servidores temporários.



Asduerj SSind

Paulo aposentada contou que a proposta reconfigura o Estado brasileiro e inviabiliza a concretização do modelo de bem-estar, além de atacar as carreiras do funcionalismo público. “A reforma, matreiramente, até mantém o concurso, mas impõe pedágios que na prática deixarão os servidores totalmente à mercê da política interna e correndo riscos por opinião, ou qualquer idiossincrasia dos superiores, até mesmo para a manutenção do cargo. Enfim, essa proposta de reforma Administrativa é o golpe mais sério que a Constituição Federal de 1988 sofre desde sua promulgação. E olha que pelo número de emendas já aprovadas não foram poucas as tentativas de mutilação experimentadas até aqui. É preciso que a sociedade entenda a gravidade da proposição para dizer não a essa monstruosidade”, avaliou Márcia Semer.

Para tentar acalmar os ânimos, o governo federal divulgou a criação de um Grupo de Trabalho (GT), com representantes dos ministérios da Gestão e Inovação, da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil, para elaborar uma proposta de reforma Administrativa, buscando a modernização do Estado. O pacote não atende as demandas daquelas e daqueles que lutam contra a PEC 32, pois será elaborado com base em projetos que já estão em tramitação, além de incorporar novas propostas e iniciativas que não demandem alterar a legislação vigente. Até o momento

não foi sinalizado para as entidades representativas das servidoras e dos servidores de que forma o GT do governo poderia contemplar as reivindicações apresentadas nas mesas setoriais e específicas de negociação.

Contrarreforma Administrativa e Desmonte do Estado

Nos estados, uma das medidas de ataques é o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que impacta de forma significativa o funcionalismo público, seja por meio da redução de salários e benefícios, através de demissões, da suspensão de concursos e impossibilidade de novas contratações, ou pela diminuição na qualidade dos serviços prestados à população. Instituído pelo governo Temer (MDB), por meio da Lei Complementar nº 159/17 e atualizado por Bolsonaro (PL), o RRF visa a auxiliar os estados e o Distrito Federal que, eventualmente, se defrontem com grave desequilíbrio fiscal. Para que os ajustes das contas públicas sejam implementados, requer-se a ação planejada e coordenada de todos os Poderes, órgãos, entidades e fundos da Unidade da Federação para corrigir os desvios que afetam o equilíbrio das contas públicas.

Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tiveram seus Planos de Recuperação homologados e os respectivos Regimes encontram-se vigentes. Goiás aderiu ao RRF, mas no último período o Tesouro Nacional considerou retirar o estado

do RRF por ter estabilizado as contas. Contudo, houve a apresentação de um estudo, por parte do governo goiano, que apresentou novas projeções. No dia 11 de setembro deste ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo de Goiás seja ouvido antes da elaboração de parecer pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em caso de encerramento do RRF por atingimento do reequilíbrio fiscal.

Já o governo de Minas Gerais ainda enfrenta empecilhos para aderir ao regime. Em agosto deste ano, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) deu um parecer desfavorável ao plano apresentado pelo governo Romeu Zema (Novo) para a adesão ao RRF da União. Além disso, Zema tem até dezembro deste ano para que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) autorize a adesão ao Regime - Projeto de Lei 1.202/2019.

Ao aderir ao RRF e, consequentemente, à restrição do orçamento público, uma das limitações impostas é a não realização de concursos e não contratação de novas servidoras e novos servidores, o que pode gerar uma defasagem de quadros e dificultar a prestação de serviços públicos, afetando a sua qualidade.

“O que institucionalmente é chamado de regime de recuperação fiscal nós temos chamado de ajuste fiscal permanente movido pela sanha do Capital para manter seus lucros ou ampliar a lucratividade e para isso são aprovadas,

com apoio do Congresso conservador, medidas que objetivam reduzir os gastos da burguesia, do Capital, dos empregadores e dos donos dos meios de produção. Reduzir os gastos não só com a produção das mercadorias, distribuição dos serviços, mas também com a reprodução da força de trabalho. Esses ajustes objetivam fazer com que o Estado gaste cada vez menos na reprodução social da força de trabalho por meio da alocação de orçamento público em direitos sociais, como trabalho, educação, saúde, previdência,

transporte e moradia. E esses ajustes são muito mais destrutivos e agressivos para a classe trabalhadora, que precisa desses direitos, que precisa desse investimento público para garantir condições de reprodução de suas vidas”, comentou Ivanete Boschetti.

Por fim, Boschetti explicou que não existe possibilidade de equilíbrio do orçamento e igualdade entre as classes no sistema capitalista. “O capitalismo se move pela busca da lucratividade, pela busca da acumulação. Já a classe trabalhadora sempre se move pelas

lutas em defesa do atendimento das suas necessidades sociais. Então, o Capital não tem interesse em redistribuir riqueza, em transferir parte dos seus lucros para garantir o atendimento das necessidades sociais, isso é fruto da luta da classe trabalhadora. Neste contexto, lutamos para que o orçamento seja cada vez mais progressivo, que a tributação seja progressiva, no sentido de extrair mais recursos do Capital e transferir mais recursos para a classe trabalhadora, por meio dos serviços públicos”, concluiu.

RRF nos estados: Depoimentos

Minas Gerais

Wilma Lucena, docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), 2ª tesoureira Regional Leste do ANDES-SN

“A discussão sobre a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) no estado de Minas Gerais ocorre desde 2019, proposta pelo governador, Romeu Zema (Novo). O projeto de lei 1.202/2019, que atualmente tramita na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), prevê uma série de ataques ao serviço público, incluindo privatizações e aprofundamento das perdas previdenciárias impostas desde 2020. Na educação, e particularmente no caso das universidades estaduais, as implicações são imediatas: congelamento de salários por nove anos, quando já se acumulam perdas inflacionárias de mais de 60%; a não realização de concursos - que implica na permanência de vínculos de trabalhos temporários (no caso da UEMG, chega ao percentual de 40% do corpo docente); e o congelamento de investimentos, visto que a política de isenção fiscal permanece existindo, sobretudo para mineradoras e locadoras de veículos, em detrimento dos repasses realizados com a arrecadação tributária. Temos travado uma luta no estado contra o RRF e, no último dia 29 de agosto, realizamos o Dia Estadual de Luta contra o RRF em Minas Gerais, em que sindicatos de diversas categorias do funcionalismo público se reuniram na ALMG com a Frente Mineira em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos. O objetivo da mobilização foi o de reafirmar ao governo e parlamentares que os servidores e as servidoras são contra o RRF.”

Rio de Janeiro

Renata Gama, docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e 2ª vice-presidenta da Regional RJ do ANDES-SN

“Com a Alerj sitiada por grades e com muita repressão policial, o RRF foi aprovado no Rio, sendo, então, o primeiro estado a aderir a esse regime de austeridade. Na prática, esse regime provocou a redução drástica de concursos públicos, mesmo os concursos públicos por vacância, pois o estado tem sido resistente em autorizar. Então, temos a substituição dos quadros efetivos por contratos precarizados e por indicação. O que localiza esse regime como uma reforma Administrativa via os estados. Houve redução de salários, devido ao aumento da alíquota e a falta de qualquer tipo de recomposição inflacionária de 2017 até 2021. Em 2018, quando os docentes da Uerj lutaram pela mudança do seu regime de trabalho para incluir a Dedicção Exclusiva (DE), teve que suspender a incidência dos triênios sobre o montante do salário com DE para ser viabilizada a aprovação da lei, já que o RRF previa que não poderia haver impacto orçamentário devido às mudanças no plano de carreira. Por fim, há um Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal – CSRRF que vigia o estado e dá informações para a União de “eventuais desvios decorrentes de atos vedados” pela lei do RRF (LC 159/2017). Porém, esse conselho acaba tendo função de veto de leis aprovadas nas casas legislativas e de ações do Executivo, assumindo uma função de quarto poder, de um grupo não eleito, se assemelhando a uma intervenção da União nos estados com regime. Nesse sentido, o RJ perdeu a sua autonomia, passou por uma reforma Administrativa e teto de gastos, com ataques frontais aos direitos dos servidores públicos”.

Rio Grande do Sul

Marcelo Mallet, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

“O Rio Grande do Sul sofre há décadas com um endividamento que estrangula as finanças do estado e com os efeitos da Lei Kandir. A dívida do estado explodiu após o acordo de renegociação feito na década de 1990, pelo governador Antônio Britto (PMDB), algo que foi celebrado na época pela mídia. As políticas de desmonte do estado e a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) são vendidas como uma panaceia por governos e pela mídia local. Mas, na realidade, o serviço público é enfraquecido e a população desatendida. A recente privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) é um exemplo disso, com milhares de pessoas por vários dias sem luz, após os temporais registrados recentemente”.

Após 50 anos do golpe, Chile ainda luta para superar as heranças da ditadura de Pinochet

Há exatos 50 anos, o governo socialista e democrático do chileno Salvador Allende foi alvo de um sangrento golpe de Estado por parte das Forças Armadas do país, lideradas pelo general Augusto Pinochet com apoio do governo estadunidense. O país se juntava, então, a outros vizinhos latino-americanos, que estavam sob o controle de ditaduras, como era o caso do Brasil desde 1964.

O ataque daquela manhã de 11 de setembro de 1973 resultou na morte do presidente do Chile e em quase duas décadas de um governo autoritário, que restringiu direitos sociais e liberdades democráticas e foi responsável pelo assassinato, tortura e desaparecimento de mais de 40 mil pessoas. Iniciava-se também um dos primeiros experimentos neoliberais da história sob consultoria dos chamados Chicago boys.

A ditadura de Pinochet se caracterizou por destruir o sistema democrático, desfazer reformas implementadas durante o governo de Allende, encerrar os partidos políticos, dissolver o Congresso Nacional, restringir direitos civis e políticos e violar direitos humanos básicos. No plano internacional, ficou marcada por integrar a Operação Condor, uma aliança entre ditaduras da América do Sul para reprimir opositores políticos, e pelo alinhamento com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria.

“Como todos nós sabemos, o dia 11 de setembro de 1973 marca um episódio triste na história do Chile, mas também na história da América Latina. O governo popular e socialista de Salvador Allende foi derrubado por um golpe fascista de militares, empresários e com um forte e indubitável apoio do imperialismo norte-americano. E começou para o Chile, mas também para a América Latina, e possivelmente em escala mundial, o ciclo do neoliberalismo”, destacou Luís Acosta, 2º vice-presidente do ANDES-SN e encarregado de Assuntos Internacionais do Sindicato.

Foram 17 anos até que o Chile vol-

tasse a ter eleições presidenciais e os militares deixassem o poder. Mas as heranças sombrias desse período continuam a se fazer presentes na sociedade chilena. Após o fim do governo ditatorial, com a eleição do primeiro presidente civil em 1990, o país buscou avançar na luta por memória, verdade, justiça e reparação dos crimes cometidos durante o governo Pinochet.

Dificuldades em superar as heranças de Pinochet

Apesar do Chile ter conseguido consolidar avanços nas lutas por memória, verdade, justiça e reparação das vítimas do governo ditatorial, as forças de extrema direita vêm ganhando espaço no país. O atual governo tem encontrado dificuldades para substituir a Constituição de aspectos neoliberal, imposta pelo governo Pinochet, e vigente até hoje.

Em outubro de 2019, grandes mobilizações populares resultaram na convocação de um plebiscito em 2020, em que 78,27% dos votos decidiram pela criação de uma nova Constituição revogando, especialmente, as medidas neoliberais presentes no texto.

Em 2021, Gabriel Boric, da coalizão “Frente Ampla”, venceu as eleições presidenciais e iniciou o mandato em 2022. Em setembro do ano passado,

o texto da nova Constituição, considerado progressista por conter medidas como o reconhecimento de direitos reprodutivos e a plurinacionalidade, foi votado em um plebiscito marcado por uma virulenta campanha de setores de direita e rejeitado por 62% dos votos. A situação colocou o país em um novo impasse: ao se manter preso em normas e direitos definidos em 1980, a partir de preceitos neoliberais, não resolve entraves históricos que bloqueiam a efetivação de direitos sociais básicos, como um sistema de seguridade social público. Simbolicamente, também não consegue dar um passo importante para enterrar os vestígios da ditadura que assolou o país durante 17 anos.

“As marcas que esse governo fascista, que essa ditadura deixou no Chile, ainda estão presentes. Infelizmente, o governo que foi eleito para enfrentar esta marca, não tem conseguido avançar na reforma da Constituição, foi derrotado no plebiscito e agora enfrenta a possibilidade de fazer essa reforma com uma maioria de ultradireita. O governo tem tido enormes dificuldades de articulação política para poder avançar, para efetivamente encerrar esse ciclo do neoliberalismo, que se abriu com o golpe de 1973”, avalia Acosta.

*Com informações da Agência Brasil



ESTATÍSTICA DE VÍTIMAS DA DITADURA CHILENA

3.216 assassinados e desaparecidos
1.162 seguem desaparecidos até hoje

38.254 presos e torturados*

200mil exilados**

100 mortos e desaparecidos pela Caravana da Morte, operação clandestina para executar líderes da resistência logo após o golpe**

*Fonte: Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação (Comissão Rettig)

**Fonte: Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura (Comissão Valech)

Setembro amarelo pauta debate sobre suicídio e saúde mental

Produtivismo e precarização são fatores de adoecimento da categoria docente



Marcelo Camargo/Agência Brasil

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, por ano, mais de 700 mil pessoas tiram a própria vida em todo o mundo. Segundo a organização, o número pode chegar a 1 milhão se forem considerados os casos não registrados. No Brasil, são aproximadamente 14 mil suicídios todos os anos — uma média de 38 por dia.

Embora afete pessoas de qualquer faixa etária, em 2019 o suicídio foi a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos em todo o mundo. Estima-se que 77% dos casos aconteceram em países de baixa e média rendas.

Para enfrentar publicamente as causas e consequências do suicídio, desde 2015, adotou-se, no Brasil, a campanha Setembro Amarelo para pautar intensamente o tema. A iniciativa do Centro de Valorização da Vida (CVV), do Conselho Federal de Medicina (CFM) e da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) tomou como referência o dia 10 de setembro, que marca o Dia Mundial de Prevenção do Suicídio.

A temática também ganhou visibilidade no ambiente universitário, com a ampliação de casos de suicídios entre estudantes, técnicos e docentes. No entanto, ainda não há estudos detalhados, que mensurem nacionalmente o problema e aprofundem o debate na comunidade acadêmica.

“Com relação à campanha do Setembro Amarelo, o principal é desnudar, colocar que é uma questão relevante, porque é um cenário muito brutal conviver com o suicídio de pessoas da comunidade universitária. A gente precisa retirar a estigmatização, porque saúde mental não é algo a ser escondido. Essa é uma primeira abordagem para começar a discutir o tema”, pontuou Helton Saragor de Souza, 2º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN e do Grupo de Trabalho de Saúde e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

O docente lembra que as questões do sofrimento psíquico e do sofrimento do trabalho são uma marca da sociedade contemporânea, que no Brasil acaba sendo mais agravada pois já existe uma história

de precariedade nas relações de trabalho. No caso da categoria docente, o cenário é aprofundado pela pressão do produtivismo, sobrecarga, precarização das condições de trabalho, de salário e carreira, além da invasão do trabalho no espaço do não trabalho.

“Uma das características que tem marcado o cotidiano das professoras e dos professores é o desgaste mental associado à exaustão, junto com o sentimento de incompletude, porque o volume de trabalho, as demandas dos campos científicos, a pressão pela produção acabam ampliando muito a ansiedade e a angústia porque, por mais que se dedique, essa sensação de incompletude acaba aparecendo. E, a tendência do sofrimento é você individualizar e não o enxergar como uma expressão coletiva de uma relação de trabalho”, explica.

Esses pontos aparecem também nos dados da enquête prévia realizada pelo ANDES-SN sobre a saúde do trabalhador e da trabalhadora docente. A enquête utilizou como base a Enquete Operária de Karl Marx, que tinha como objetivo investigar as condições de vida e de saúde da classe trabalhadora. O levantamento preliminar apontou que 75% das e dos docentes se sentem sobrecarregados sempre ou frequentemente e 79% se sentem pressionados sempre ou frequentemente. [Acesse aqui o relatório](#)

O diretor do ANDES-SN alerta que é preciso enfrentar o adoecimento mental docente como uma questão coletiva, que tem também raízes em fatores externos aos indivíduos. O coordenador do GTSSA ressalta que a luta contra as políticas de austeridade, em defesa da carreira, pela valorização da categoria e do funcionalismo público geral é parte da luta contra o adoecimento docente.

“A solidariedade de classe tem que se apresentar nesse âmbito da saúde mental e tem que ter respostas estruturais, do ponto de vista da valorização da carreira e do salário, de uma perspectiva em que a gente consiga enfrentar que, se o trabalho docente tem no seu cotidiano o sofrimento, tudo aquilo que se configura como sofrimento precisa ser enfrentado no coletivo, para não naturalizarmos o sofrimento”, acrescenta.